

9 – RELATÓRIOS E DEMONSTRATIVOS PREVISTOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

É pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Nesse sentido, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – orienta sobre o equilíbrio entre receitas e despesas; a limitação de empenho e movimentação financeira; a não geração de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público; os critérios para criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa. Orienta, ainda, sobre o cumprimento de metas de resultado primário e nominal; sobre a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente federado; sobre a contratação de operações de crédito, disponibilidades de caixa, restos a pagar, dentre outras disposições, visando sempre à responsabilização do titular do Poder ou órgão no que se refere à gestão dos recursos e patrimônio públicos.

A LRF regulamenta por meio dos artigos 52 a 55 a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal que são instrumentos de transparência da gestão fiscal para controle e fiscalização. Os principais demonstrativos que compõem esses Relatórios serão objeto de análise a seguir.

9.1 Relatório Resumido da Execução Orçamentária

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO - é exigido pela Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A União o divulga mensalmente para permitir que, cada vez mais, a sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária do Governo Federal.

A análise dos Anexos I – Balanço Orçamentário está no item 2 deste Capítulo. A presente análise recairá sobre os principais demonstrativos a seguir relacionados:

- Anexo II – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
- Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- Anexo X – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;
- Anexo XI – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- Anexo XIV – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
- Anexo XV – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária encontra-se disponível na página do Tesouro Nacional na internet, endereço www.tesouro.fazenda.gov.br.

9.1.1 – Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção

O Anexo II é publicado desdobrando-se em função e subfunção, mas para efeito da presente análise, está demonstrado apenas por função.

As funções correspondem ao nível máximo de agregação das ações do governo. Com esse enfoque demonstramos, na Tabela II.50, a composição da execução orçamentária realizada pela União, numa administração mais gerencial e orientada para resultados, conforme estabeleceu a Portaria SOF/MP Nº 42, de 14 /04/ 1999.

Destacam-se os gastos na função Encargos Sociais uma vez que, engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente. Nela se concentram as Transferências Constitucionais, as aposentadorias do setor público e especialmente os encargos e amortização da dívida, inclusive com o refinanciamento desta, o que representou gastos de R\$ 614.093 milhões ou 70,1% das despesas realizadas, sendo que o Refinanciamento da Dívida, a Dívida Mobiliária Resgatada e Juros e Outros Encargos da Dívida respondem por 62,4%, 13,0% 10,7%, respectivamente. Quanto às Transferências para Estados e Municípios, as Constitucionais e voluntárias, totalizaram o valor de R\$ 80.195 milhões.

As Funções Previdência Social, Saúde, Educação, Defesa Nacional e Agricultura, responderam, respectivamente, por 16,6%, 3,1%, 1,6%, 1,3% e 0,7%. Na primeira, estão computadas as despesas relativas aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, oriundos do setor privado, que somaram R\$ 68.958 milhões e R\$ 25.088 milhões, respectivamente.

Dentre os gastos da Seguridade Social que perfizeram o valor de R\$ 203.754 milhões, 84,7% foram relativos às funções Previdência e Saúde. Relevaram-se como os mais expressivos, exceto os benefícios, as Subfunções Assistência Hospitalar e Ambulatorial, no montante de R\$ 15.128 milhões e Atenção Básica no valor de R\$ 3.984 milhões. Também foram expressivos na despesa realizada, a Administração Geral e Suporte Profilático e Terapêutico, com expressivos gastos de R\$ 3.093 milhões e R\$ 2.458 milhões, respectivamente.

TABELA II.50 – DESPESAS POR FUNÇÃO - UNIÃO – 2003 E 2002

DESPESAS POR FUNÇÃO	R\$ milhões			
	VALOR		%	
	2003	2002	2003	2002
Legislativa	3.075	2.474	0,4	0,4
Judiciária	8.360	8.187	1,0	1,2
Essencial a Justiça	1.356	1.044	0,2	0,1
Administração	7.363	8.229	0,8	1,2
Defesa Nacional	11.570	12.616	1,3	1,9
Segurança Pública	2.405	2.202	0,3	0,3
Relações Exteriores	1.164	1.328	0,1	0,2
Assistência Social	8.416	6.513	1,0	1,0
Previdência Social	145.478	123.218	16,6	18,3
Saúde	27.172	25.435	3,1	3,8
Trabalho	9.495	8.478	1,1	1,2
Educação	14.224	13.223	1,6	2,0
Cultura	231	240	0,0	0,0
Direitos da Cidadania	394	411	0,0	0,1
Urbanismo	343	487	0,0	0,1
Habitação	122	127	0,0	0,0
Saneamento	59	97	0,0	0,0
Gestão Ambiental	948	1.265	0,1	0,2
Ciência e Tecnologia	1.993	1.507	0,2	0,2
Agricultura	6.506	5.500	0,7	0,8
Organização Agrária	1.430	1.381	0,2	0,2
Indústria	439	417	0,1	0,1
Comércio e Serviços	2.067	1.831	0,2	0,3
Comunicações	641	566	0,1	0,1
Energia	3.905	7.819	0,4	1,2
Transporte	3.048	5.142	0,3	0,8
Desporto e Lazer	160	265	0,0	0,0
Encargos Especiais	614.093	434.926	70,1	64,4
TOTAL	876.457	674.928	100,0	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Da função Agricultura, destacaram-se programas como Desenvolvimento da Economia Cafeeira, com R\$ 2.414 milhões, a Agricultura Familiar com R\$ 1.539 milhões e a Produção e Apoio Administrativo com R\$ 1.068 milhões respondendo, respectivamente, por 37,1%, 23,7% e 16,4%.

9.1.2 – Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

A RCL serve como base para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

De acordo com o inciso I, art. 73, da Lei nº 10.266, de 24/7/2001, o Poder Executivo publicará, até vinte dias após o encerramento de cada quadrimestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita

corrente líquida. Na União, o demonstrativo, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida, referentes ao terceiro quadrimestre de 2003 foram publicados pela Portaria nº 36, de 16/01/2004.

O demonstrativo que serviu de base de cálculo para apuração dos limites do Relatório de Gestão Fiscal da União, referente ao terceiro quadrimestre de 2003, foi o seguinte:

Figura II.1

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2003 A DEZEMBRO/2003

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO ⁶
	JAN/03	FEV/03	MAR/03	ABR/03	MAI/03	JUN/03	JUL/03	AGO/03	SET/03	OUT/03	NOV/03	DEZ/03		
RECEITA CORRENTE (I)	34.947.286	29.654.565	27.402.036	34.541.155	31.384.263	27.342.155	32.575.408	30.548.218	30.954.115	33.709.809	31.770.010	39.617.991	384.447.011	369.762.516
Receita Tributária	10.976.401	9.508.611	8.854.652	11.864.453	10.480.938	7.043.040	9.318.376	8.123.824	8.784.988	10.042.725	9.800.404	10.392.626	115.191.038	109.841.944
Receita de Contribuições	19.894.326	16.644.091	16.440.419	19.339.868	17.238.749	17.138.531	18.997.647	17.428.575	17.870.062	20.599.613	19.013.256	25.457.759	226.062.896	222.068.441
Receita Patrimonial	783.534	696.753	814.444	763.900	1.580.624	714.827	775.687	2.260.738	1.547.456	731.081	750.767	1.086.829	12.506.640	10.309.377
Receita Agropecuária	2.885	1.740	1.133	1.891	1.441	1.343	1.440	1.368	2.087	1.712	1.889	1.489	20.418	24.079
Receita Industrial	28.204	30.277	21.767	8.248	38.872	11.354	78.470	17.051	28.732	31.563	23.996	27.166	345.700	361.894
Receita de Serviços	2.165.247	1.380.179	1.180.590	1.737.789	1.288.906	1.306.270	2.547.012	1.652.762	1.843.490	1.517.512	1.455.137	1.754.524	19.829.418	16.405.415
Transferências Correntes	40.719	14.955	17.172	12.182	16.023	11.969	9.510	19.429	16.213	21.792	23.605	41.403	244.972	210.237
Receitas Correntes a Classificar ¹	1.905	302.253	(241.984)	(32.154)	(19.252)	6.734	12.691	(9.158)	7.249	(4.187)	(6.489)	(17.608)	0	-
Outras Receitas Correntes	1.054.065	1.075.706	313.843	844.978	757.962	1.108.087	834.575	1.053.629	853.838	767.998	707.445	873.803	10.245.929	10.541.129
DEDUÇÕES (II)	12.209.575	13.146.742	11.660.598	11.457.591	14.120.255	12.089.474	11.784.214	12.814.246	12.403.233	12.770.424	13.867.856	21.202.639	159.526.847	156.714.917
Transf. Constitucionais e Legais ²	4.662.563	5.577.620	4.520.506	4.171.091	6.499.313	4.391.577	3.972.356	4.838.809	4.499.925	4.268.148	5.525.803	7.526.041	60.453.752	60.555.571
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social ³	5.468.269	5.868.150	5.456.251	5.575.085	5.768.661	5.865.292	6.016.464	6.192.218	6.269.738	6.610.484	6.223.111	11.541.096	76.854.819	74.267.678
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor - Servidor ⁴	354.953	347.884	303.136	289.949	340.944	338.103	353.442	324.114	290.751	352.843	525.639	492.088	4.313.846	4.536.320
- Patronal ⁵	139.913	163.251	138.225	142.795	171.754	169.009	173.502	164.121	144.718	177.486	267.309	235.019	2.087.102	2.269.320
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	215.040	184.633	164.911	147.154	169.190	169.094	179.940	159.993	146.033	175.357	258.330	257.069	2.226.744	2.267.000
Contribuição p/ PIS/PASEP ⁶	81.587	81.563	80.812	99.386	80.547	78.156	80.636	61.664	99.064	80.507	80.773	62.293	966.988	1.285.006
- PIS	1.642.203	1.271.525	1.299.893	1.322.080	1.430.790	1.416.346	1.361.316	1.397.441	1.243.755	1.458.442	1.512.530	1.581.121	16.937.442	16.070.342
- PASEP	1.489.823	1.142.590	1.124.232	1.163.545	1.276.911	1.179.190	1.215.074	1.238.689	1.082.956	1.289.160	1.361.028	1.414.697	14.977.895	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	22.737.711	16.507.823	15.741.438	23.083.564	17.264.008	15.252.681	20.791.194	17.733.972	18.550.882	20.939.385	17.902.154	18.415.352	224.920.164	213.047.599

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ A ocorrência de valores negativos no mês refere-se a classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.

² Não estão sendo deduzidas as transferências relativas à Lei Complementar n.º 87/96 e parte da complementação da União para o FUNDEF, cujas receitas originárias tenham sido provenientes de operações de crédito, que não tramitam, portanto, nas receitas correntes da União. Houve retificação de valores no exercício de 2002, devido a exclusão de programas, conforme Parecer nº 021/2003, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

³ Deduzido com base no inciso IV, "a" e § 3º do artigo 2º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

⁴ Deduzido com base no inciso IV, "c" do artigo 2º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

⁵ Deduzido com base no § 3º do artigo 2º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

⁶ A previsão da Receita é a constante na Lei 10.640 de 14 de janeiro de 2003 e revisões.

Notas:

Não estão sendo computadas nas Transferências Constitucionais as transferências ao Distrito Federal para prover as despesas decorrentes do art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal, conforme Parecer n.º 021/2003, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A metodologia e memória de cálculo estão disponíveis no endereço eletrônico: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/lei_responsabilidade_fiscal.asp

O demonstrativo acima apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida - RCL, sua evolução nos últimos doze meses, assim como a previsão de seu desempenho no exercício.

A previsão da receita constante no demonstrativo refere-se à inicial da Lei Orçamentária Anual nº 10.640, de 14/01/2003. A Secretaria de Orçamento Federal não disponibilizou à Secretaria do Tesouro Nacional a reestimativa da receita prevista pelo Decreto nº 4.591, de 10/02/2003 e alterações, o que impossibilitou a obtenção dos registros da previsão dos referidos decretos de programação financeira.

A informação constante nesse demonstrativo serve de base de cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados no Relatório de Gestão Fiscal.

Entende-se como Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, consideradas algumas deduções.

Na União, as deduções são as seguintes:

– valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal;

– contribuições sociais para a seguridade social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

– contribuições sociais para a seguridade social do trabalhador e dos demais segurados da previdência social;

– arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. A segregação dessa contribuição em PIS e PASEP é feita pelo código do tributo, o que não é possível em relação à previsão da receita. Os valores dos códigos que não segregam tais contribuições estão sendo informados como PIS;

– a contribuição dos servidores para o custeio do seu Sistema de Previdência e Assistência Social. A segregação da Contribuição para Plano da Seguridade Social do Servidor Público em Servidor e Patronal é feita pelas classificações da Natureza da Receita;

– as receitas provenientes da compensação financeira dos diversos regimes de previdência social, na contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana. É imprescindível, para tanto, que as referidas receitas estejam adequadamente contabilizadas em contas próprias que as identifiquem. No entanto, na União, tais receitas ainda não estão identificadas orçamentariamente pela Secretaria de Orçamento Federal.

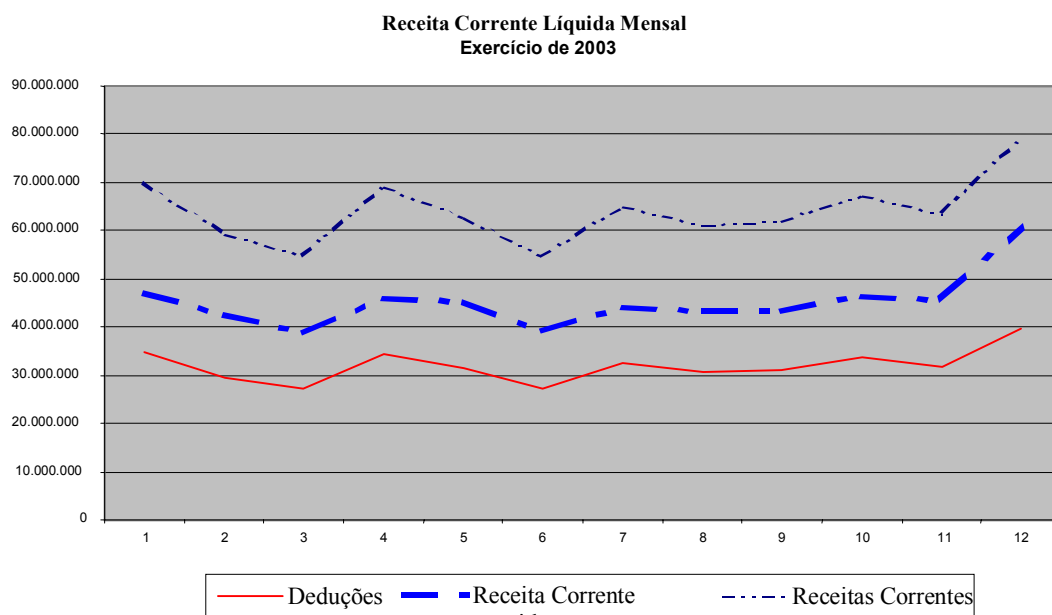
No cálculo da RCL serão computados os valores pagos e recebidos em decorrência de recursos financeiros transferidos, em moeda, pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios a título de compensação financeira, pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13/9/1996, que dispõe sobre ICMS.

Não estão sendo deduzidas as transferências relativas à Lei Complementar nº 87/96 e a parte da complementação da União para o FUNDEF, cujas receitas originárias tenham sido provenientes de operações de crédito, que não tramitam, portanto, nas receitas correntes da União.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A Receita Corrente Líquida do exercício de 2003 foi de R\$ 224.920.164 mil, 11,4% superior ao verificado no exercício anterior. O levantamento mensal revela a existência de variações significativas em alguns meses em função de sazonalidades características de fontes de receitas específicas, o que pode ser conferido no gráfico a seguir:

Gráfico II.2



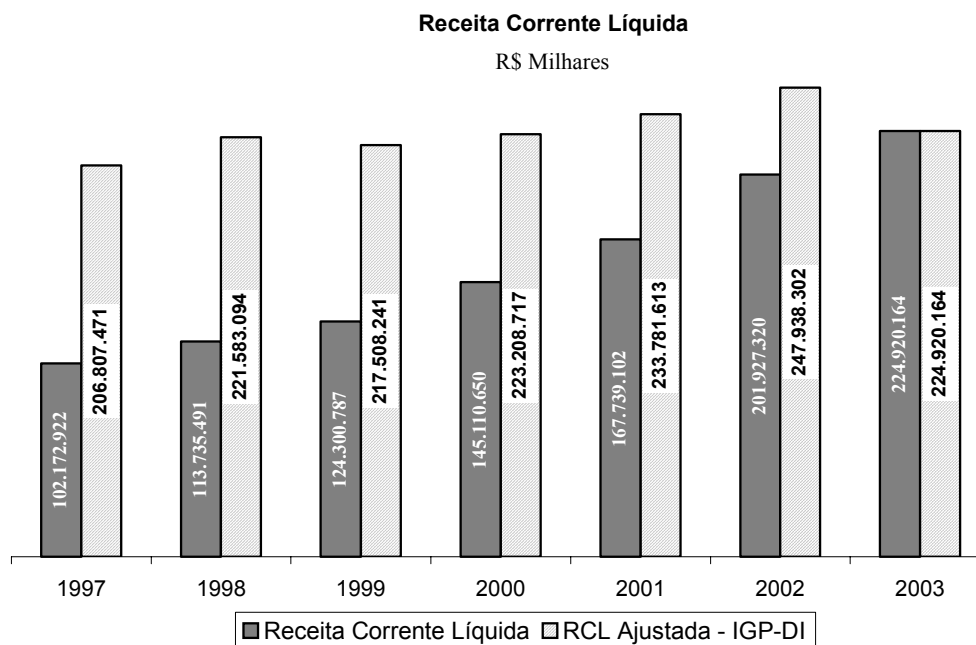
Pode-se observar no gráfico acima que as maiores concentrações de realização das receitas correntes ocorrem nos meses de janeiro, abril, outubro e dezembro. As receitas tributárias e de contribuições concentram a maior parte das receitas correntes representando, respectivamente, 30% e 58,8% do total acumulado no ano. As concentrações mencionadas ocorrem, quase que totalmente, por conta dos aumentos sazonais de arrecadação dessas duas receitas, em especial, das receitas de contribuições, que em dezembro, por exemplo, representa 64,3% das receitas correntes arrecadadas no mês.

Do total das contribuições, as sociais equivalem a 90,6%, e destas, as previdenciárias representaram 62,3%, ou R\$ 127,6 bilhões. Os impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza representaram a maior fonte de arrecadação das receitas tributárias, com um montante de R\$ 82,4 bilhões, 71,6%.

Observa-se, também, um crescimento significativo das deduções no mês de dezembro, decorrente, principalmente, do aumento da arrecadação de Contribuições para Previdência do Empregado e Trabalhador, que, acrescidas de multas, juros, restituições e dívida ativa, representam 48,2% das deduções, ou R\$ 76,9 bilhões. As transferências constitucionais e legais representaram 37,9% das deduções, ou R\$ 60,5 bilhões.

Desde a publicação do primeiro Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, ou seja, de 1997 a 2003, verifica-se um crescimento nominal de 14,1%, no entanto, quando atualizados pelo IGP-DI os valores anuais da RCL apresentam crescimento real de 1,6%, conforme é apresentado no Gráfico II.3. Comparado ao valor ajustado do exercício anterior, 2003 apresentou um decréscimo de 9,3%.

Gráfico II.3



9.1.2.1 – Metodologia de Cálculo da Receita Corrente Líquida

A metodologia de cálculo para elaboração do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida referente ao período de janeiro a dezembro de 2003, divulgada pela Portaria nº 36, de 16 de janeiro de 2004, é a seguinte:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ANEXO III, LRF, ART. 53, INCISO I

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apresenta a apuração da receita corrente líquida, sua evolução nos últimos doze meses, assim como a previsão de seu desempenho no exercício. Este demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, cujas informações servem de base de cálculo para os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, para os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal.

INFORMAÇÕES ELABORADAS A PARTIR DO SIAFI GERENCIAL

Elabora-se a receita corrente líquida a partir dos valores identificados na conta contábil 19114.00.00 - Receita Realizada, que registra os valores líquidos, ou seja, já deduzidos os Incentivos Fiscais, Retificações, Restituições, Descontos Concedidos, Deduções de Receita de Vendas e Serviços e Outras Deduções, no âmbito da gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mês fechado no SIAFI, movimento líquido mensal, considerando o último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, nas seguintes subcategorias de receita:

1) RECEITAS CORRENTES:

Receitas Tributárias;
Receitas de Contribuições;
Receita Patrimonial;
Receita Agropecuária;
Receita Industrial;
Receita de Serviços;
Transferências Correntes;
Outras Receitas Correntes; e
Outras Receitas Correntes a Classificar.

2) DEDUÇÕES:

Consideram-se as deduções abaixo relacionadas, conforme especificado em cada uma delas, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e também os onze meses anteriores, com os seguintes filtros selecionados:

2.1) Transferências Constitucionais e Legais:

a) Função: 12 - Educação e 28 - Encargos Especiais;

b) Subfunção: 361 e 845 Ensino Fundamental e Transferências, respectivamente;

c) Programas:

0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica;

0040 – Toda criança na escola;

d) Projeto/Atividade:

0044- Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF art. 159);

0045- Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF art. 159);

0046- Cota-Parte dos Estados e DF- Exportadores na Arrecadação do IPI (LC N.º 61/89);

0047- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF (CF art. 212);

0050- Transferências do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro - Estados e Distrito Federal (Lei N.º 7. 766/89);

0051- Transferências do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro - Municípios (Lei N.º 7. 766/89);

0223- Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de Itaipu (Lei N.º 8.001/90 - art. 1º);

0293- Transferência para Municípios - Imposto Territorial Rural;

0304- Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;

0369- Cota-Parte dos Estados e DF do Salário-Educação;

0426 - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios p/ Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores (LC n 87, de 1996);

0546- Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (Lei N.º 8. 001/90 - art. 1º);

0547- Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei N.º 8. 001/90 - art. 2º);

0548- Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei N.º 9. 478/97 - art.48);

0549- Transferências de Cotas-Partes dos Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei N.º 9. 478/97 - art. 49);
0550- Transferências de Cotas-Partes da Participação Especial pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei N.º 9. 478/97-art. 50);
0551- Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei N.º 7. 525/86 - art. 6º);
0552- Transferências do Fundo Especial dos Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei N.º 9. 478/97 - art. 49);

e) Fonte de Recursos- Excetua-se a fonte 44- Título de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações.

2.2) Contribuição de Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social:

Obtém-se no Siafi o valor registrado na conta 19114.00.00 - Receita Realizada, na fonte de recursos 54 - Contribuição de Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, excetuando-se as naturezas de receita 1210.30.04 - Contribuição Previdenciária da Empresa sobre Segurado Assalariado - SIMPLES e 1210.30.05 - Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo. Nessa fonte são identificadas as receitas de contribuições, bem como as decorrentes de multas, juros e receitas da dívida ativa.

2.3) Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor:

Obtém-se no Siafi o valor registrado na conta de Receita Realizada, 19114.00.00 , nas seguintes Naturezas de Receita:

Contribuição do Servidor - LRF, artigo 2º, inciso IV, “c”

1210.29.07 - Contribuição de Servidor Ativo Civil;

1210.29.09 - Contribuição de Servidor Inativo Civil; e

1210.29.11 - Contribuição de Pensionista Civil.

Contribuição Patronal - LRF, artigo 2º, § 3º.

1210.29.01 - Contribuição Patronal - Ativo Civil;

1210.29.03 - Contribuição Patronal - Inativo Civil;

1210.29.05 - Contribuição Patronal - Pensionista Civil;

1912.29.01 - Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Ativo Civil;

1912.29.03 - Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Inativo Civil;

1912.29.05 - Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Pensionista Civil;

1914.29.01 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Ativo Civil;

1914.29.03 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Inativo Civil;

1914.29.05 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Pensionista Civil;

1933.29.01 - Receita de Dívida Ativa das Contribuições Patronais - Ativo Civil;

1933.29.03 - Receita de Dívida Ativa das Contribuições Patronais - Inativo Civil;

1933.29.03 - Receita de Dívida Ativa das Contribuições Patronais - Inativo Civil; e

1933.29.05 - Receita de Dívida Ativa das Contribuições Patronais - Pensionista Civil.

2.4) Contribuição para o Custeio das Pensões Militares:

Obtém-se no Siafi o valor registrado na conta de Receita Realizada, 19114.00.00 , nas seguintes Naturezas de Receita:

1210.29.02 - Contribuição Patronal - Ativo Militar;

1210.29.04 - Contribuição Patronal - Inativo Militar;

1210.29.06 - Contribuição Patronal - Pensionista Militar;

1210.29.08 - Contribuição de Servidor Ativo Militar;

1210.29.10 - Contribuição de Servidor Inativo Militar;

1210.29.12 - Contribuição de Pensionista Militar;

1210.15.00 - Contribuição para Custeio das Pensões Militares;

1912.29.02 - Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Ativo Militar;

1912.29.04 - Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Inativo Militar;

1912.29.06 - Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Pensionista Militar;

1914.29.02 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Ativo Militar;

1914.29.04 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Inativo Militar;

1914.29.06 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Pensionista Militar;

1933.29.02 - Receita de Dívida Ativa das Contribuições Patronais - Ativo Militar;

1933.29.04 - Receita de Dívida Ativa das Contribuições Patronais - Inativo Militar; e

1933.29.06 - Receita de Dívida Ativa das Contribuições Patronais - Pensionista Militar.

2.5) Compensação Financeiras entre Regimes Previdenciários:

Obtém-se no SIAFI o valor registrado na conta de Receita Realizada, 19114.00.00 , nas seguintes Naturezas de Receita:

1210.46.00 - Compensação Previdenciária entre Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores;

1914.21.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Compensação Financeira do Regime de Previdência dos Servidores da União; e

1933.21.00 - Receita da Dívida Ativa da Compensação Financeira do Regime de Previdência dos Servidores da União.

2.6) Contribuição para o Programa de PIS/PASEP:

Obtém-se o valor do SIAFI utilizando-se de quatro consultas na conta 19114.00.00 - Receita Realizada:

a) na primeira, seleciona-se a Natureza de Receita 1210.37.00 - Contribuição para o PIS/PASEP;

b) na segunda, filtra-se a Fonte de Recursos 40 - Receitas de Contribuições do PIS/PASEP, excetuando-se a Natureza de receita 1210.37.00, para identificação de todas as naturezas de receita que receberam registro nessa fonte;

c) na terceira, identificam-se as Naturezas de Receita apuradas na consulta anterior. Filtram-se essas naturezas, excluindo-se a Fonte de Recursos 40. Foram identificadas as Naturezas de Receita 1912.31.00 - Multas e Juros de Mora de Contribuição do PIS/PASEP e 1932.05.00 - Receita da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP.

d) na quarta, filtram-se os códigos de tributos específicos para identificação das receitas do PASEP. O total das receitas do PIS é identificado pela diferença entre o apurado nas consultas anteriores e esta última consulta.

3) PREVISÃO DA RECEITA:

Obtém-se os valores da Previsão da Receita, considerando as informações constantes da Lei Orçamentária Anual, ou seja, a relativa ao exercício em curso que é a Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.

No SIAFI, obtém-se esta informação ao identificar por categoria e subcategoria de receita, os valores registrados na equação contábil 29111.00.00 – Previsão Inicial de Receita, mais 29112.00.00 – Previsão Adicional de Receita, menos 29119.00.00 – Anulação da Previsão da Receita.

Nas deduções, obtém-se, também, os valores da Previsão da Receita, conforme mencionado anteriormente, com exceção das Transferências Constitucionais e Legais, cujo valor é obtido pela dotação autorizada na LOA – Lei Orçamentária Anual e respectivos créditos adicionais, se houver.

A estrutura orçamentária atual, não nos permite identificar a previsão segregada do PIS/PASEP.

9.1.3 – Anexo X – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Conforme definido no art. 212 da Constituição Federal, os gastos do Governo Federal com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino não podem ser inferiores a 18% da receita líquida arrecadada dos impostos, obtida após a dedução das Transferências Constitucionais e das Desvinculações das Receitas da União – DRU e de acordo com o art. 60, § 6º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até o ano de 2006, a União aplicará, dos recursos a que se refere o art. 212 da CF, nunca menos que o equivalente a 30% na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental.

Consoante a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo 72, a União publicou o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por meio da Portaria nº 60, da STN, de 29 de janeiro de 2004, que divulgou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, com retificação em 04 de março de 2004.

A União, no exercício de 2003, executou o equivalente a 35,2% da receita resultante de impostos em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Para determinação da base de cálculo da receita é considerado o valor total arrecadado no exercício de impostos, dele deduzindo as transferências constitucionais e legais aos Estados e Municípios e ainda a Desvinculação da Receita da União – DRU. A execução da despesa é identificada por meio de indicador orçamentário denominado Indicador de Lei Calmon.

Em atendimento ao artigo 60, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a União aplicou na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, o equivalente a 32,5% dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Na apuração desse percentual foram consideradas despesas aplicadas o somatório das subfunções 361 – Ensino Fundamental, 366 – Educação de Jovens e Adultos e a Complementação da União ao FUNDEF, em relação à fonte de recursos 0112 – Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Figura II.2

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LEI 9.394/96, Art. 72 - Anexo X

R\$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	52.484.628	47.279.442	2.883.367	29.426.531	62,24
Impostos	107.880.576	107.835.013	19.911.412	113.120.197	104,90
(-) Transferências Constitucionais e Legais	55.395.948	60.555.571	13.051.844	60.453.752	99,83
(-) Desvinculação da Receita da União	-	-	3.976.201	23.239.914	-
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (II)	3.754.227	3.754.227	849.836	3.985.631	106,16
Contribuição Social do Salário Educação	3.754.227	3.754.227	849.836	3.985.631	106,16
TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I) + (II)	56.238.855	51.033.669	3.733.203	33.412.162	65,47
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/c)
Planejamento e Orçamento	4.800	4.800	4.141	4.602	95,88
Administração Geral	1.000	900	143	584	64,89
Tecnologia da Informação	66.537	86.489	68.728	75.536	87,34
Formação de Recursos Humanos	55.938	35.652	25.642	31.950	89,62
Administração de Receitas	1.950	1.947	214	932	47,87
Assistência a Criança e ao Adolescente	138.927	112.780	21.356	110.793	98,24
Assistência Comunitária	172	172	51	153	88,95
Assistência Hospitalar e Ambulatória	51.050	51.050	20.416	49.888	97,72
Ensino Fundamental (IV)	1.727.413	2.043.155	1.226.803	1.883.232	92,17
Ensino Médio	207.928	197.807	45.279	136.527	69,02
Ensino Profissional	798.883	970.052	359.129	922.945	95,14
Ensino Superior	6.682.405	6.942.035	1.841.885	6.713.494	96,71
Educação Infantil	10.378	9.841	4.338	4.338	44,08
Educação de Jovens e Adultos (V)	450.631	418.384	130.017	377.134	90,14
Educação Especial	42.075	42.150	24.974	39.906	94,68
Difusão Cultural	95	95	14	18	18,95
Assistência aos Povos Indígenas	250	250	156	156	62,40
Desenvolvimento Científico	12.983	14.194	6.645	11.182	78,78
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	481	481	414	462	96,05
TOTAL DAS DESPESAS (VI)	10.253.896	10.932.234	3.780.345	10.363.832	94,80
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF - ADCT, art. 60, § 3º (VII)			335.746		
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (VIII)			7.982.097		
TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS¹					%
MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - (VI / I) CAPUT DO ARTIGO 212 DA CF/88					35,22
MÍNIMO DE 30% DAS DESPESAS COM MDE NO ENSINO FUNDAMENTAL - [(IV + V + VII) / (VIII)] § 6º DO ARTIGO 60 DO ADCT DA CF/88					32,52
DESPESAS TOTAIS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS RECEITAS CORRESPONDENTES (VI / III)					31,02
FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC					

¹ Limite mínimo anual a ser cumprido no encerramento do exercício.

Notas:

a) A Receita arrecadada de impostos é a receita líquida, ou seja, a arrecadada menos os Incentivos Fiscais, as Retificações e as Restituições;

b) A denominação "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" inclui todos os projetos e as atividades que se enquadram nessa classificação na Lei do Orçamento;

c) Os valores demonstrados nas dotações inicial e autorizada são oriundos de arquivos encaminhados pela SOF/SEPLAN.

Os valores das Transferências aos Estados, DF e Municípios são os relativos às Unidades Orçamentárias responsáveis por tais transferências, conforme estão consignados no Orçamento Fiscal da União. Isso representa a despesa executada relativa ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM, Fundo de Participação dos

Estados -FPE, IPI - Exportação, Fundos Constitucionais, ITR - Imposto Territorial Rural e IOF/Ouro, além de outras legais.

No Demonstrativo Manutenção e Desenvolvimento do Ensino estão incluídos todos os projetos e atividades que se enquadram nesta classificação, constantes da Lei do Orçamento, informações essas encaminhadas à Secretaria do Tesouro Nacional pela Secretaria de Orçamento Federal, cujos valores consolidados constam da tabela a seguir.

TABELA II.51 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS EXECUTADAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - UNIÃO – 2003 E 2002

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhões	
	2003	2002
A - Receita de Impostos	113.120	106.159
B - Transferências para Estados, DF e Municípios	60.454	52.308
C - DRU – Desvinculação de Receita da União	23.240	22.385
D - Receita Líquida de Impostos (A - B - C) (1)	29.427	31.466
E - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (1)	10.364	10.189
Part. Manutenção e Desenvolv. Ensino na Receita Líquida (E/D) %	35,2	32,4

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

(1) - Base de cálculo: considera-se o disposto no § 3º do artigo 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos da Emenda Constitucional n.º 17, de 1997.

(2) - A denominação “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino” inclui todos os projetos e as atividades que se enquadram nessa classificação na Lei do Orçamento e que consta do arquivo encaminhado para a STN pela Secretaria de Orçamento Federal.

(3) - O limite mínimo de 18% da participação das despesas da União com a “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino”, conforme o disposto no artigo 212 da CF, é definido para todo o exercício.

Os valores executados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino estão identificados por subfunções, conforme tabela abaixo. Os Demonstrativos detalhados por órgão e programa de trabalho estão disponíveis no Volume II do BGU.

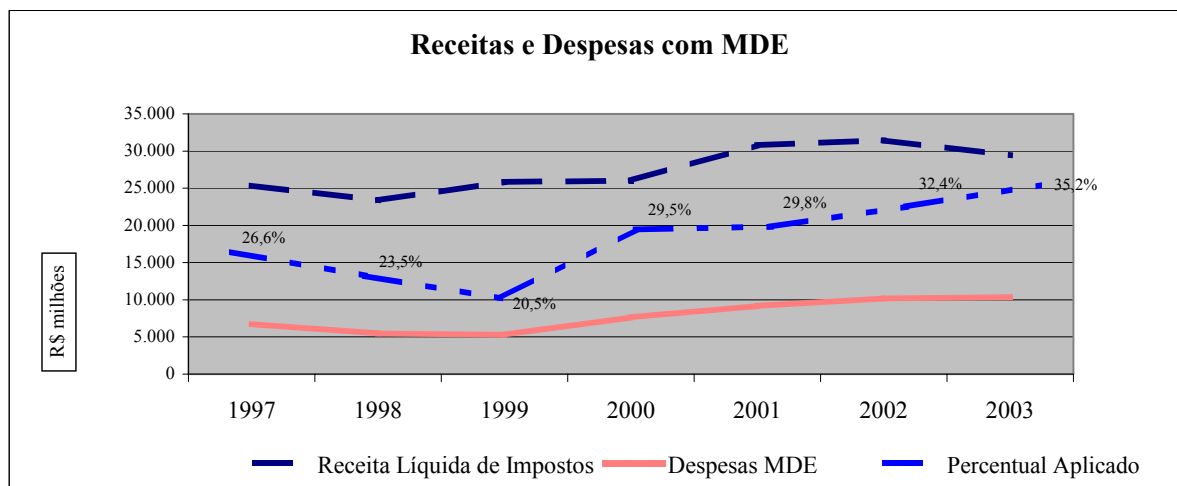
TABELA II.52 – DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO AGREGADOS POR SUBFUNÇÃO – UNIÃO – 2003 E 2002

SUBFUNÇÃO	2003			2002		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Planejamento e Orçamento	5	5	0,0	5	4	0,0
Administração Geral	1	1	0,0	54	53	0,0
Normatização e Fiscalização	0	0	0,0	0	0	0,0
Tecnologia da Informação	86	76	0,7	52	50	0,6
Formação de Recursos Humanos	36	32	0,3	72	47	0,6
Administração de Receitas	2	1	0,0	2	1	0,0
Assistência a Criança e ao Adolescente	113	111	1,1	0	0	0,0
Informação e Inteligência	0	0	0,0	0	0	0,1
Assistência Comunitária	0	0	0,0	0	0	0,0
Assistência Hosp. e Ambulatorial	51	50	0,5	141	54	0,7
Ensino Fundamental	2.043	1.883	18,2	1.722	1.262	17,8
Ensino Médio	198	137	1,3	617	601	6,1
Ensino Profissional	970	923	8,9	938	858	7,9
Ensino Superior	6.942	6.713	64,8	6.562	6.297	62,5
Educação Infantil	10	4	0,0	36	7	0,0
Educação de Jovens e Adultos	418	377	3,6	454	433	3,0
Educação Especial	42	40	0,4	49	36	0,4
Difusão Cultural	0	0	0,0	0	0	0,0
Assistência aos Povos Indígenas	0	0	0,0	0	0	0,0
Desenvolvimento Científico	14	11	0,1	24	11	0,1
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0	0	0,0	0	0	0,0
Transferências	0	0	0,0	475	475	0,0
TOTAL	10.932	10.364	100,0	11.203	10.189	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Conforme a tabela acima, pode-se observar a manutenção do nível de aplicação no ensino superior, em observância ao estabelecido no artigo 55 da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - com elevação de 6,6% em relação ao ano anterior. Nota-se, ainda, aumento de 49,2% das despesas com ensino fundamental.

Gráfico II.4



No Gráfico anterior observa-se, em 2000, um substancial crescimento do percentual de aplicação, ocorrido em virtude, principalmente, do aumento no valor das despesas executadas naquele ano, em relação a 1999, passando de R\$ 5,3 bilhões para R\$ 7,7 bilhões - incremento de 44,3%. Em 2001, foram executadas 19,8% a mais

que no ano anterior, porém não houve reflexo no percentual em virtude do aumento da receita líquida de impostos de 18,4%. A partir de então, os níveis de receitas líquidas de impostos e despesas executadas na MDE têm-se mantido sem grandes variações sendo que, em 2003, verifica-se queda na receita líquida de impostos de 6,5% e aumento das despesas de 1,7%, o que acarretou a elevação do percentual de aplicação no ano.

A função Educação não abrange todas as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, pois parte do MDE, mais precisamente R\$ 228,0 milhões, foi aplicado nas funções Saúde, Defesa Nacional e Agricultura. Portanto, as despesas com educação da União, no exercício de 2003, alcançaram o montante de R\$ 14.452 milhões.

Foi executado nessa função o montante de R\$ 14,2 bilhões no exercício de 2003. O detalhamento por subfunção está demonstrado conforme Tabela II.53.

Os valores mais relevantes foram observados nas subfunções Ensino Superior, Ensino Fundamental e Assistência à Criança e ao Adolescente que, somadas, representam 76,9% do valor aplicado. Em relação ao exercício anterior, função Educação obteve um incremento de 7,6% em 2003.

TABELA II.53 – DESPESAS DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO AGREGADA POR SUBFUNÇÃO
UNIÃO - 2003 E 2002

SUBFUNÇÃO	2003			2002		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Planejamento e Orçamento	5	5	0,0	5	4	0,0
Administração Geral	134	125	0,9	165	160	1,0
Normatização e Fiscalização	0	0	0,0	0	0	0,0
Administração Financeira	124	116	0,8	176	136	1,0
Tecnologia da Informação	86	76	0,5	67	63	0,5
Formação de Recursos Humanos	39	35	0,2	76	49	0,4
Administração de Receitas	2	1	0,0	2	1	0,0
Comunicação Social	10	10	0,1	7	7	0,1
Informação e Inteligência	0	0	0,0	0	0	0,0
Cooperação Internacional	8	7	0,0	7	7	0,1
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.618	1.575	11,1	1.782	1.543	11,7
Assistência Comunitária	0	0	0,0	0	0	0,0
Atenção Básica	16	7	0,0	23	7	0,1
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	334	273	1,9	305	216	1,6
Alimentação e Nutrição	1.133	1.122	7,9	1.057	1.004	7,6
Suporte Prolifático e Terapêutico	6	1	0,0	6	6	0,1
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	81	80	0,6	65	58	0,4
Ensino Fundamental	2.107	1.935	13,6	1.721	1.261	9,5
Ensino Médio	196	135	1,0	618	600	4,5
Ensino Profissional	754	720	5,1	701	657	5,0
Ensino Superior	7.652	7.424	52,2	7.256	6.908	52,2
Ensino Infantil	36	29	0,2	67	33	0,2
Educação de Jovens e Adultos	518	475	3,3	454	433	3,3
Difusão Cultural	0	0	0,0	1	1	0,0
Patrimônio Hist. Artíst. e Arqueológico	0	0	0,0	1	1	0,0
Assistência aos Povos Indígenas	0	0	0,0			
Desenvolvimento Científico	14	11	0,1	25	12	0,1
Desenv. Tecnológico e Engenharia	21	21	0,1	20	20	0,2
Educação Especial	42	40	0,3	49	36	0,3
Difusão do Conhecimento Cient. e Tecnol.	0	0	0,0			
TOTAL	14.940	14.224	100,0	14.656	13.223	100,0

FONTE – SIAFI/ Secretaria do Tesouro Nacional

9.1.4 – Anexo XI – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Conforme dispõe o artigo 167, inciso III, da Constituição Federal de 1988, *são vedadas a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta*. Esse dispositivo constitucional é também denominado “regra de ouro”.

Para dar transparência ao atendimento da norma constitucional, o inciso I, do § 1º, do art. 53 da LRF, determina que deverá ser publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO - referente ao último bimestre do exercício, o Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital - Anexo XI. A União divulgou o referido demonstrativo, bem como todos os que compõem o RREO, por meio da Portaria nº 60, da STN, de 29 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 30 de janeiro de 2004, em conformidade com aquela Lei Complementar.

Verifica-se no demonstrativo abaixo uma relação percentual de 95,6% das receitas realizadas em relação às despesas executadas, dando transparência ao atendimento da União à mencionada regra constitucional.

Figura II.3
GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, art.53, § 1º, inciso I - Anexo XI				R\$ Milhares
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (a - b)
		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	629.127.870	35.574.411	470.890.533	158.237.337
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A REALIZAR (c - d)
		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
Despesas de Capital	667.780.167	98.091.729	492.537.463	175.242.704
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0	0	0	0
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	667.780.167	98.091.729	492.537.463	175.242.704
DIFERENÇA (I - II)	(38.652.297)	(62.517.318)	(21.646.930)	(17.005.367)
FONTE: STN/CCONT/GEINC				

9.1.5 – Anexo XIV - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 53, § 1º, inc. III, o referido demonstrativo foi publicado pela União, acompanhando o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do exercício de 2003.

Tem a finalidade de demonstrar a aplicação dos recursos decorrentes da alienação de bens móveis e imóveis, em observância ao art. 44 da LRF, que dispõe:

“Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.”

Para sua elaboração, são considerados os seguintes critérios:

- 1 – identificam-se as receitas realizadas de Alienação de Bens por fontes de recursos;
- 2 – faz-se o levantamento da execução da Despesa de Capital vinculada às fontes de recursos identificadas no item 1.

Não houve saldo financeiro a aplicar do exercício de 2003, visto que, conforme a Figura II.4, as Receitas de Alienação de Bens foram integralmente aplicadas em Despesas de Capital.

Figura II.4
GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

LRF, art. 53, § 1º, inciso III - Anexo XIV

RS Milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITA REALIZADA (b)	SALDO A REALIZAR (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	3.724.712	2.116.165	1.608.547
Alienação de Bens Móveis	3.650.473	2.053.618	1.596.855
Alienação de Bens Imóveis	74.239	62.547	11.692
TOTAL	3.724.712	2.116.165	1.608.547
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	SALDO A REALIZAR (c - d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	6.743.915	2.116.165	4.627.750
Investimentos	870.797	1.068.609	(197.812)
Inversões Financeiras	2.020.207	117.039	1.903.168
Amortização/Refinanciamento da Dívida	3.852.911	930.517	2.922.394
TOTAL	6.743.915	2.116.165	4.627.750
III. SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	DO EXERCÍCIO (f) = (b - d)	SALDO ATUAL (e + f)
	0	0	0

FONTE: STN/CCONT/GEINC

9.1.6 – Anexo XV – Demonstrativo das Despesas com Saúde

A Portaria STN nº 517, de 1/10/2002, que aprovou a 2ª edição do Manual de Elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, instituiu o Anexo XV – Demonstrativo das Despesas com Saúde – União, com objetivo de demonstrar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos, nas ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, previsto na Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 29). Desde então, a União publica mensalmente o Anexo XV.

Apesar de não previsto explicitamente na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Demonstrativo das Despesas com Saúde foi incluído como componente do Relatório Resumido da Execução Orçamentária a fim evidenciar o cumprimento não só do disposto no artigo 198, § 2º da Constituição Federal e artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como também do artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF.

Os atuais critérios utilizados para apuração dos valores executados em ações e serviços públicos de saúde foram estabelecidos a partir de reuniões e discussões técnicas ocorridas entre a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e o Ministério da Saúde objetivando o ajustamento dos critérios e da metodologia de cálculo, o que culminou na atual forma de apresentação do demonstrativo.

Para obter-se o valor total das despesas com ações e serviços públicos com saúde de acesso universal, foi considerada toda a despesa executada no Ministério da Saúde, inclusive as descentralizações externas de crédito das suas Unidades Orçamentárias, que corresponde ao total das funções dessas unidades excluídos os gastos com inativos e pensionistas; os juros, encargos e amortização da dívida pública; as despesas com saúde custeadas pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e outras despesas executadas que não atendem aos conceitos do SUS. No exercício de 2003, não houve execução de despesas custeadas pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza naquele órgão.

Figura II.5
GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

ADCT, art. 77 - Anexo XV

R\$ milhares

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
DESPESAS CORRENTES	28.642.649	29.428.965	29.004.920	98,56
Pessoal e Encargos Sociais	5.424.920	5.984.399	5.959.762	99,59
Juros e Encargos da Dívida	212.868	199.868	136.585	68,34
Outras Despesas Correntes	23.004.861	23.244.698	22.908.573	98,55
DESPESAS DE CAPITAL	1.948.335	1.744.290	1.219.732	69,93
Investimentos	1.639.010	1.427.165	933.599	65,42
Inversões Financeiras	8.000	2.800	1.741	62,18
Amortização da Dívida	301.325	314.325	284.392	90,48
TOTAL (I)	30.590.984	31.173.255	30.224.652	96,96

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DESPESAS LIQUIDADAS	
	Até o Bimestre (c)	% (c/desp saúde)
DESPESAS COM SAÚDE	30.224.652	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	2.242.589	7,42
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	136.585	0,45
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	284.392	0,94
(-) DESPESAS CUSTEADAS PELO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	0	0,00
(-) OUTRAS DESPESAS EXECUTADAS NA FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL E/OU ENCARGOS ESPECIAIS	381.754	1,26
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (II)	27.179.332	89,92

ESPECIFICAÇÃO	VARIACÃO NOMINAL DO PIB¹ %	DESPESAS LIQUIDADAS²		VARIACÃO % DE APLICAÇÃO (d/e*100)-100
		Exercício de 2003 (d)	Exercício de 2002 (e)	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	12,29	27.179.332	24.735.573	9,88

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f / total f)
Administração Geral	2.885.090	3.064.616	3.048.453	11,22
Normalização e Fiscalização	37.769	42.689	37.999	0,14
Tecnologia da Informação	144.242	147.892	121.462	0,45
Formação de Recursos Humanos	43.716	43.882	38.844	0,14
Cooperação Internacional	35.175	35.175	35.175	0,13
Assistência ao Idoso	1.880	1.880	1.037	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	2.133	2.071	873	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.180	2.134	415	0,00
Assistência Comunitária	11.955	12.543	7.994	0,03
Previdência Complementar	6.845	6.845	5.206	0,02
Atenção Básica	3.893.065	3.958.796	3.879.856	14,28
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.662.560	15.512.670	15.128.176	55,66
Suporte Profilático e Terapêutico	2.304.501	2.475.038	2.458.267	9,04
Vigilância Sanitária	159.930	167.447	165.760	0,61
Vigilância Epidemiológica	973.000	1.018.490	975.995	3,59
Alimentação e Nutrição	102.485	466.117	464.822	1,71
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	56.371	59.097	58.028	0,21
Ensino Profissional	90.000	235.670	221.819	0,82
Ensino Superior	28.127	28.827	25.805	0,09
Educação Infantil	21.273	17.949	13.463	0,05
Saneamento Básico Rural	543.829	458.455	231.244	0,85
Desenvolvimento Científico	158.647	169.055	154.811	0,57
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	5.878	6.878	6.871	0,03
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	23.492	27.234	26.057	0,10
Normalização e Qualidade	23.879	25.267	25.016	0,09
Outros Encargos Especiais	30.368	46.114	45.884	0,17
TOTAL	27.248.390	28.032.831	27.179.332	100,00

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Os recursos mínimos aplicados serão equivalentes ao valor apurado no ano anterior corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto, conforme alínea "b", do inciso I, do artigo 77 do ADCT da CF/88. Os valores utilizados para o cálculo da variação nominal do PIB, de 2002 em relação a 2001, referem-se à estimativa do 3º trimestre de 2003 divulgada pelo IBGE.

² Despesas liquidadas em cada exercício até o mês de referência. O valor referente ao exercício de 2002 difere do publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária daquele ano devido ao ajustamento dos critérios para apuração das despesas com ações e serviços públicos de saúde, de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

O valor das despesas liquidadas em 2002 foi revisto para se adequar aos critérios e conceitos do SUS. Apurado de acordo com a metodologia de cálculo já demonstrada, observa-se um crescimento nominal de 9,88% das despesas com ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2003, em relação ao ano anterior.

9.2 – Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo

A Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, determina que, ao final de cada quadrimestre, será emitido Relatório de Gestão Fiscal pelos titulares dos Poderes e órgãos discriminados em seu artigo 20.

O Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal abrange administração direta, autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista beneficiários de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, para manutenção de suas atividades, excetuadas aquelas empresas que recebem recursos exclusivamente para aumento de capital oriundos de investimentos do respectivo ente. Todos os órgãos e entidades, mesmo que sejam mantidos com recursos próprios, parcial ou totalmente são abrangidos, a exceção neste caso, somente das empresas públicas e de economia mista denominadas empresas estatais independentes.

O RGF contém demonstrativos com informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e contragarantias, bem como operações de crédito, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em Restos a Pagar.

Serão analisados os seguintes demonstrativos:

- Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – DCL;
- Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito;
- Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa;
- Anexo VI – Demonstrativo dos Restos a Pagar.

Até o exercício de 2002, o Anexo VII – Demonstrativo da Despesa com Serviços de Terceiros era publicado para demonstrar o cumprimento do artigo 72 da LRF. A partir de 2003, o mesmo não mais será publicado visto que o referido dispositivo legal teve seus efeitos aplicados somente até aquele exercício.

O Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo da União foi divulgado por meio da Exposição de Motivos nº 9, de 28/01/2004, publicado no Diário Oficial da União de 30/01/2004, Edição Extra.

9.2.1 – Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal

A Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000 estabelece que os gastos de Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo Federal não poderão exceder a 40,9 % das Receita Corrente Líquida, deduzidas das Transferências Constitucionais e outras vinculações, calculada para o período de 12 meses e na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei, durante o exercício. A figura abaixo refere-se ao demonstrativo do Poder Executivo Federal.

Do percentual permitido ao Poder Executivo Federal, 3% deverão ser destacados para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição Federal e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19.

Figura II.6

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2003 A DEZEMBRO/2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA jan/2003 a dez/2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	54.695.577
Pessoal Ativo	31.077.571
Pessoal Inativo e Pensionistas	28.973.845
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	5.355.839
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.627
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	2.183.793
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	1.923.635
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.237.784
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	53.249
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	54.748.826
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	224.920.164
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II) / (III)	24,34%
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 37,9%	85.244.742
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 36,01%	80.993.751
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)	-
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - 24,34%	54.748.826
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - 27,698%¹	62.298.387

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ O percentual de 27,698%, referente ao limite permitido, foi calculado sobre o percentual do total da despesa líquida com pessoal de 2002 (25,18%), com o acréscimo de 10% permitido na

Nota: O limite legal do Poder executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº

O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

Para dar cumprimento a esse dispositivo, o Decreto 3.917/2001 divulgou os limites percentuais dos Estados do Amapá e Roraima e do Distrito Federal, bem como do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Os demonstrativos do TJDFT e do MPDFT foram divulgados pelos próprios órgãos.

Com relação à Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, de que trata o art. 21, inc. XIII da Constituição Federal e organizada pela Lei Complementar nº 80, de 12/01/1994 e conforme Nota Técnica nº 1072 DPCON/SFC/CGU-PR, constata-se que a mesma não existe de fato, apenas de direito, sendo que a prestação de assistência judiciária gratuita é exercida no Distrito Federal pelo Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, órgão organizado e mantido pelo próprio governo local conforme Lei Distrital nº 821/1994 e Decreto nº 21.629/2000, não se constituindo como beneficiário de repasses de recursos federais para sua manutenção. Por essa razão o Decreto 3.917/2001 não dispõe sobre o limite desse órgão.

Figura II.7

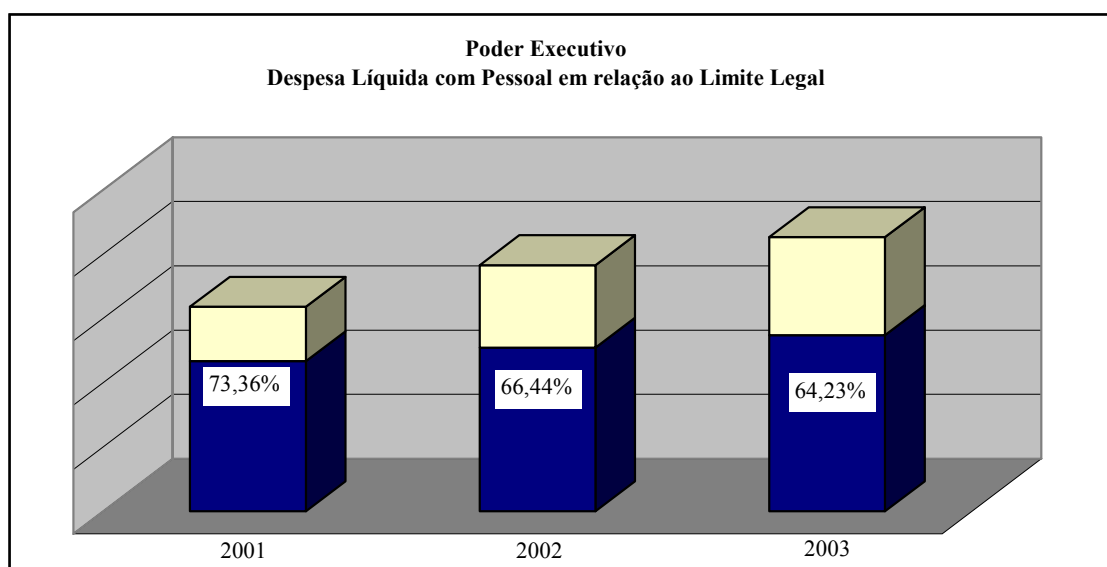
UNIÃO - PODER EXECUTIVO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - AMAPÁ / RORAIMA / DF
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2003 A DEZEMBRO/2003

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares		
	DESPESA LIQUIDADA		
	jan/2003 a dez/2003		
	AMAPÁ	RORAIMA	DF
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	347.103	257.662	2.839.167
Pessoal Ativo	294.780	235.690	2.231.509
Pessoal Inativo e Pensionistas	140.824	55.649	941.207
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	88.501	33.677	333.549
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	69.189	20.830	2.601
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	19.312	12.847	317.807
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	347.103	257.662	2.839.167
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	224.920.164	224.920.164	224.920.164
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II) / (III)	0,154%	0,115%	1,262%
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	645.521	391.361	4.948.244
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	614.032	371.118	4.700.831
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)	-	-	-
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	-	-	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF	347.103	257.662	2.839.167
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF)	395.859	299.369	3.565.210

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC

Os limites estão assim definidos no Decreto: 0,287% para o ex-Território do Amapá; 0,174% para o ex-Território de Roraima; 2,200% para o Distrito Federal.

Gráfico II.5



A relação percentual das despesas líquidas com pessoal e limite legal apresentada no gráfico acima demonstra uma queda de 9,13 pontos percentuais no período de 2001 a 2003, explicada pelo aumento da Receita Corrente Líquida, que no período foi de 34,1%, não acompanhado pelas despesas líquidas com pessoal, que, no período em análise, apresentou crescimento de 17,4%.

9.2.2 – Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, foi elaborado pelo Poder Executivo e abrange todos os Poderes da União.

Figura II.8

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2003		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.183.356.902	1.160.601.702	1.230.028.071	1.241.578.236
Dívida Mobiliária	1.094.063.160	1.081.669.570	1.148.629.580	1.163.516.219
Dívida Contratual	63.609.728	52.250.454	54.239.687	50.853.170
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	702	37.240	36.220	36
Outras Dívidas	25.683.313	26.644.437	27.122.584	27.208.810
DEDUÇÕES (II)	(549.496.664)	(588.310.578)	(612.086.694)	(626.375.403)
Ativo Disponível	(89.869.783)	(119.213.495)	(139.379.184)	(121.898.109)
Haveres Financeiros	(459.626.880)	(469.097.082)	(472.707.510)	(504.477.294)
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
Precatórios anteriores a 5.5.2000	-	-	-	-
Insuficiência Financeira	-	-	-	-
Outras Obrigações	-	-	-	-
DIV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)=(I - II)	633.860.238	572.291.124	617.941.377	615.202.833
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	201.927.320	212.188.435	217.665.628	224.920.164
% da DC sobre a RCL	586,03%	546,97%	565,10%	552,01%
% da DCL sobre a RCL	313,91%	269,71%	283,89%	273,52%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <=>	-	-	-	-

FONTE: Banco Central do Brasil

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

O detalhamento, a forma e a metodologia de apuração da DCL visam assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação, e verificar os limites de endividamento de que trata a lei e outras informações relevantes.

Na União, as informações divulgadas pelo demonstrativo abaixo foram elaboradas pelo Banco Central do Brasil, cuja metodologia encontra-se disponível no página eletrônica do Tesouro Nacional, como anexo aos demonstrativos divulgados no Relatório de Gestão Fiscal.

Figura II.9

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2003		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	1.183.356.902	1.160.601.702	1.230.028.071	1.241.578.236
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional	1.026.938.069	1.039.152.000	1.114.493.500	1.132.857.250
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)*	532.893.304	578.142.927	638.197.650	679.266.915
(-) Aplicações em Títulos Públicos ¹	(11.271.156)	(16.364.741)	(18.659.601)	(16.821.155)
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BC)	282.730.065	293.681.339	303.883.453	276.905.106
Dívida Securitizada	23.179.765	23.754.545	23.625.610	21.941.201
Dívida Mobiliária Externa	199.406.093	159.937.929	167.446.388	171.565.183
Títulos do Banco Central (em mercado)	67.125.090	42.517.571	34.136.080	30.658.969
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)*	24.649.476	24.798.487	25.028.425	25.079.761
Dívida Externa (Contratual)	63.609.728	52.250.454	54.239.687	50.853.170
Precatórios a Pagar (LRF, art. 30, § 7º) ²	702	37.240	36.220	36
Outras*	1.033.837	1.845.950	2.094.159	2.129.050
ATIVO FINANCEIRO (AF)	(549.496.664)	(588.310.578)	(612.086.694)	(626.375.403)
Disponibilidade	(89.869.783)	(119.213.495)	(139.379.184)	(121.898.109)
Depósitos do TN no BCB	(88.526.786)	(109.964.404)	(134.635.910)	(120.189.562)
Depósitos à vista	(566.968)	(599.178)	(577.306)	(493.110)
Arrecadação a Recolher*	(776.029)	(8.649.913)	(4.165.968)	(1.215.437)
Aplicações Financeiras	(118.123.161)	(116.080.051)	(120.971.656)	(145.410.536)
Disponibilidades do FAT no BNDES e Sistema Bancário	(67.133.464)	(64.574.205)	(68.845.213)	(74.222.603)
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	(44.900.378)	(45.678.416)	(52.077.768)	(71.225.494)
Recursos da Reserva Monetária	(6.089.319)	(5.827.429)	(48.676)	37.561
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	(323.397.797)	(335.321.954)	(335.792.791)	(344.062.696)
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP Municípios)	(217.439.482)	(234.760.198)	(234.641.225)	(242.509.519)
Créditos da Lei nº 8.727/93*	(44.760.363)	(45.491.247)	(45.870.743)	(46.111.263)
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	(36.723.884)	(29.626.826)	(29.439.822)	(28.522.977)
Demais (Royalties, créditos da CEF cedidos à União e outros)	(24.474.068)	(25.443.683)	(25.841.001)	(26.918.937)
Demais Ativos Financeiros	(18.105.922)	(17.695.078)	(15.943.063)	(15.004.062)
Haveres Externos (DRME e Garantias)	(6.284.318)	(5.281.092)	(3.517.320)	(3.650.938)
Outros Créditos Bancários*	(11.821.604)	(12.413.986)	(12.425.742)	(11.353.125)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)=(DC - AF)	633.860.238	572.291.124	617.941.377	615.202.833
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	201.927.320	212.188.435	217.665.628	224.920.164
% da DC sobre a RCL	586,03%	546,97%	565,10%	552,01%
% da DCL sobre a RCL	313,91%	269,71%	283,89%	273,52%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	-	-	-	-

FONTE: Banco Central do Brasil.

¹ Inclui aplicações do INSS, FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

* Valores provisórios

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

A Dívida Consolidada – DC ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da LRF.

Para fins de limite, também integram a dívida consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento e os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que tiverem sido incluídos.

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a LRF, ainda não regulamentados pelo Senado Federal.

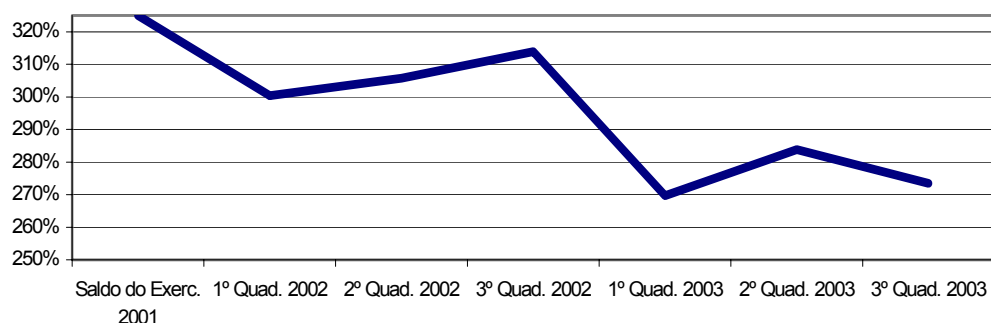
A Dívida Mobiliária representa 93,7% da Dívida Consolidada – DC, que, em relação ao exercício de 2002, aumentou 4,9% e a Dívida Consolidada Líquida - DCL decresceu 2,9%.

O decréscimo deve-se, principalmente, ao aumento das disponibilidades e haveres financeiros, de R\$ 76,9 bi, superior ao aumento verificado na Dívida Consolidada, de R\$ 58,2 bi, ocasionando decréscimo no saldo da Dívida Consolidada Líquida, se comparado ao 3º quadrimestre de 2002.

O percentual da DCL sobre a RCL apresenta decréscimo de 2002 para 2003, em razão da redução de -2,9% do saldo da DCL e do aumento de 11,4% da Receita Corrente Líquida, verificados simultaneamente no período. A RCL está analisada mais detalhadamente no item 9.1.1.

Gráfico II.6

% da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida



9.2.3 – Anexo III - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, foi elaborado pelo Poder Executivo, abrange informações da União, detalhadas por beneficiários.

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das garantias oferecidas pelo ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF, bem como das contragarantias correspondentes.

A concessão de garantia compreende o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observado o disposto na LRF acerca das Operações de Crédito. No caso da União deverão ser observados, também, os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal por meio de resolução, cuja proposta encontra-se em tramitação naquela casa.

A garantia é condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear, relativamente às suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas.

O Poder Executivo da União publicou o seguinte demonstrativo:

Figura II.10

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

R\$ Milhares

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2003			
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre	
AVAIS (I)	0	0	0	0	0
FIANÇAS (II)	158.180.412	149.494.457	140.835.664	142.092.980	
Operações de Crédito Externas	110.706.240	102.497.424	91.646.531	92.197.525	
Estados, Municípios e Entidades Controladas - BID/BIRD ¹	21.759.450	20.686.352	18.845.304	18.816.628	
Estatais Federais - BID/BIRD ¹	14.894.750	12.903.913	11.678.151	12.045.366	
Empresas Privatizadas - BID/BIRD ^{1 e 6}	264.578	241.736	192.538	177.037	
Estados, Municípios e Entidades Controladas - Outros Bancos ¹	3.824.045	4.004.192	3.062.364	2.877.605	
Estatais Federais - Outros Bancos ¹	3.136.970	2.883.095	2.758.527	2.898.065	
Empresas Privatizadas - Outros Bancos ^{1 e 6}	1.012.058	817.604	674.389	690.783	
MYDFA - BACEN ²	2.416.338	2.019.155	1.774.793	1.592.330	
Itaipu Binacional ^{2 e 3}	63.398.051	58.941.377	52.660.465	53.099.711	
Operações de Crédito Internas	47.474.172	46.997.033	49.189.133	49.895.455	
Outras Empresas Estatais ³	39.998.487	39.951.758	41.025.604	39.752.527	
Garantias a Estados e Municípios	0	0	509.275	532.548	
Fundos, Programas e Operações Especiais	7.475.685	7.045.275	7.654.254	9.610.380	
Operações Performance e Refundment - BOND ¹	2.526.676	2.355.670	2.102.863	2.110.588	
Fundo de Garantia à Exportação - FGE ⁵	1.719.930	1.406.689	1.444.025	1.406.374	
Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB ⁴	249.997	230.514	203.868	202.761	
Seguro de Crédito Exportação - SCE/IRB - Acúmulo de Responsabilidade ⁴	0	0	0	0	
Seguro de Crédito Exportação - SCE/IRB - Sinistros em Aberto ⁴	1.130.822	1.061.608	874.133	850.628	
Programa Fortalecimento Da Agricultura Familiar - PRONAF/BB ⁴	253.011	250.107	249.689	256.445	
Programa Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF/BNB ⁴	43.739	45.353	47.524	48.635	
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira ⁴	173.942	171.648	194.370	195.103	
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO ⁴	30.606	49.140	61.733	31.713	
Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC ⁵	1.346.962	1.441.900	1.513.577	1.575.942	
Programa Desenv. Turismo no Nordeste - PRODETUR - NE I	0	32.646	28.577	33.164	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER ⁴	0	0	933.895	1.098.006	
Lei 8.036/90 Risco Operações Ativas/Solvência ^{4 e 7}	0	0	0	1.801.021	
TOTAL DAS GARANTIAS (III) = (I + II)	158.180.412	149.494.457	140.835.664	142.092.980	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	201.927.320	212.188.435	217.665.628	224.920.164	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	78,34%	70,45%	64,70%	63,17%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	-	-	-	-	

Continua (1/2)

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2003			
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre	
AVAIS (IV)	0	0	0	0	
FIANÇAS (V)	97.611.269	92.828.337	85.859.603	86.994.467	
Operações de Crédito Externas	95.084.593	90.440.021	80.646.108	81.590.174	
Estados, Municípios e Entidades Controladas - BID/BIRD ¹	21.674.540	20.603.294	18.782.129	18.759.013	
Estatais Federais - BID/BIRD ¹	2.522.903	3.686.460	3.954.534	4.531.392	
Empresas Privatizadas - BID/BIRD ^{1 e 6}	381.451	241.736	192.538	177.037	
Estados, Municípios e Entidades Controladas - Outros Bancos ¹	3.824.045	4.004.192	2.335.193	2.082.885	
Estatais Federais - Outros Bancos ¹	2.813.662	2.636.022	2.486.159	2.634.616	
Empresas Privatizadas - Outros Bancos ^{1 e 6}	1.012.058	817.604	674.389	690.783	
Itaipu Binacional ^{2 e 3}	62.855.934	58.450.713	52.221.166	52.714.448	
Operações de Crédito Internas	2.526.676	2.388.316	5.213.495	5.404.293	
Outras Empresas Estatais ³	0	0	1.638.885	1.629.988	
Garantias a Estados e Municípios	0	0	509.275	532.548	
Fundos, Programas e Operações Especiais	2.526.676	2.388.316	3.065.335	3.241.757	
Operações Performance e Refundment - BOND ¹	2.526.676	2.355.670	2.102.863	2.110.588	
Programa Desenv. Turismo no Nordeste - PRODETUR - NE I	0	32.646	28.577	33.163	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER ⁴	0	0	933.895	1.098.006	
TOTAL CONTRAGARANTIAS (IV + V)	97.611.269	92.828.337	85.859.603	86.994.467	

(2/2)

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Valores informados pelos credores - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.² Garantia prevista em contrato, amparada por acordo bilateral, ainda não formalizada.³ Valores informados pelos mutuários - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.⁴ Dados informados pelos gestores dos Fundos, Programas e Operações Especiais - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.⁵ Valores integrados no SIAFI pelos gestores do FGPC e do FGE.⁶ Empresas privatizadas/BID/BIRD/Outros Bancos - Fianças concedidas antes da privatização, mediante contrato ou carta de fiança.⁷ Inclusão das garantias concedidas de acordo com a Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas e Risco de Solvência.

Nota: As diferenças entre os valores de garantia e contragarantia em operações de crédito são decorrentes de dispensa legal de contragarantia em algumas operações ou modalidades.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

Na metodologia de elaboração dos demonstrativos constam as seguintes notas explicativas:

a) Os valores em moeda estrangeira foram convertidos para moeda nacional nas datas das informações dos saldos.

b) Garantias Concedidas – Considera-se concessão de garantia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

1) As garantias concedidas pela União são classificadas nas seguintes categorias:

- Fiança ou Aval em Operações de Crédito Externo - valor total do saldo devedor de operações garantidas firmadas junto a organismos internacionais ou instituições privadas sediadas no exterior, bem como no mercado internacional de capitais.

- Fiança ou Aval em Operações de Crédito Interno - valor total do saldo devedor de operações garantidas firmadas junto a instituições públicas ou privadas, bem como no mercado doméstico de capitais.

- Fundos, Programas e Operações Especiais: Consideram-se para fins deste demonstrativo as garantias ou riscos assumidos em operações realizadas no âmbito de Fundos, Programas e Operações Especiais (FGE, EURE/IRB, PRONAF/BNB, LAVOURA CACAUEIRA, PROAGRO, SCE/IRB, FGPC, “Performance Bond” (garantia de execução de contrato) e “Refundment Bond” (garantia de devolução de sinal), PRODETUR/NE, FUNPROGER, e Lei 8036/90-Risco de Operações Ativas/ Solvência). Os Valores são informados pelas instituições, agentes operadores e financeiros federais. Os registros são efetuados pela STN, exceto as garantias no âmbito do FGE e FGPC, cujos saldos são registrados diretamente pelos gestores desses fundos.

c) Saldo das garantias no 3º trimestre de 2003: apresentou crescimento no valor aproximado de R\$ 1.257,3 milhão, registrando uma variação de 0,9% em relação ao trimestre anterior. Essa variação é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

1) Fluxo de desembolso

- ITAIPU BINACIONAL – Crescimento de aproximadamente R\$ 439,2 milhões, registrando uma variação de 0,8% em relação ao trimestre anterior, em função da diferença entre o montante desembolsado e amortizado no período.

- Operação de Crédito Externo BID/BIRD e Outros Bancos – Crescimento de aproximadamente R\$ 294,2 milhões, registrando uma variação de 0,8% em relação ao trimestre anterior em virtude da diferença entre o montante desembolsado e amortizado no período.

2) Variação Cambial Negativa

- MYDFA-BACEN – Decréscimo de aproximadamente R\$ 182,5 milhões, registrando uma queda de 10,3% em relação ao trimestre anterior, em função da variação cambial e amortizações ocorridas no período, reduzindo o saldo total das garantias externas.

3) Inclusão de Novas Operações:

- Lei nº 8.036/90 Risco de Operações Ativas e Risco de Solvência – De acordo com Parecer da PGFN/ CAF/nº 519/2003 foram consideradas como garantia da União, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, as obrigações ao amparo da Lei 8.036/90. Inclusão de R\$ 1.801,0 milhão, referente ao Risco de crédito em decorrência de garantia da União nas operações de crédito ativas com recursos do FGTS e Risco de Solvência decorrente de Garantia da União sobre as contas vinculadas do FGTS. Apesar da inclusão dessa operação, e o crescimento do saldo dos demais fundos e programas especiais no montante de R\$ 155,1 milhões, o saldo das garantias internas aumentou em apenas R\$ 706,3 milhões em função da redução do saldo das garantias concedidas às demais empresas estatais (CBEE, CHESF, EMGEA e CESP) no valor de R\$ 1.273,1 milhão.

d) Contragarantia:

- As diferenças entre os valores de garantia e contragarantia em operações de crédito são decorrentes de dispensa legal de contragarantia em algumas operações ou modalidades.

- ITAIPU BINACIONAL - A contragarantia está vinculada à formalização do contrato de garantia.

- FUNDOS E PROGRAMAS ESPECIAIS - As contragarantias são vinculadas e controladas pelos agentes operadores e financeiros. Encontram-se disponibilizados apenas os dados relativos à contragarantia das operações de “Performance Bond” (garantia de execução de contrato) e “Refundment Bond” (garantia de devolução de sinal), PRODETUR/NE I e FUNPROGER. Os demais dados não foram disponibilizados pelos gestores dos Fundos.

As garantias concedidas pela União sobre operações de crédito externas representam, no terceiro trimestre, 64,9% do total das garantias concedidas. Com relação ao exercício anterior, verifica-se decréscimo de 10,2% no saldo das garantias.

O percentual do total das Garantias em relação à Receita Corrente Líquida apresenta tendência decrescente ao longo do período, encerrando o ano com percentual sobre a RCL de 63,2%, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico II.7

% do total das Garantias sobre a Receita Corrente Líquida**9.2.4 – Anexo IV -Demonstrativo das Operações de Crédito**

O Demonstrativo das Operações de Crédito, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, foi elaborado e divulgado pelo Poder Executivo e abrange as Operações de Crédito internas e externas da União.

Figura II.11

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "e" - Anexo IV		R\$ Milhares
RECEITAS DE CAPITAL		RECITAS REALIZADAS
		Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Externas		470.890.533
Internas		17.529.799
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)		453.360.734
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (I + II)		0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		470.890.533
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS sobre a RCL		209,36%
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL		0%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS		-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA		-
FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC		

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas por ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF.

Operação de crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

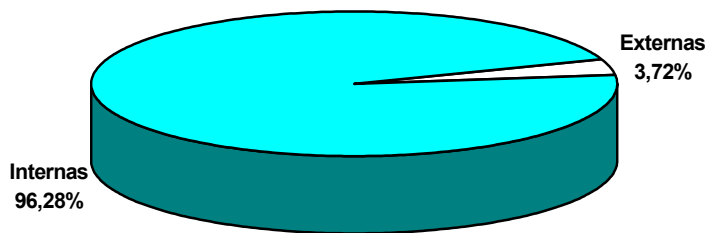
Equipara-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências da LRF.

A Operação de Crédito por Antecipação de Receita – ARO, destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, o que não ocorreu na União.

O montante das operações de crédito é formado predominantemente por operações internas, conforme verifica-se no gráfico a seguir:

Gráfico II.8

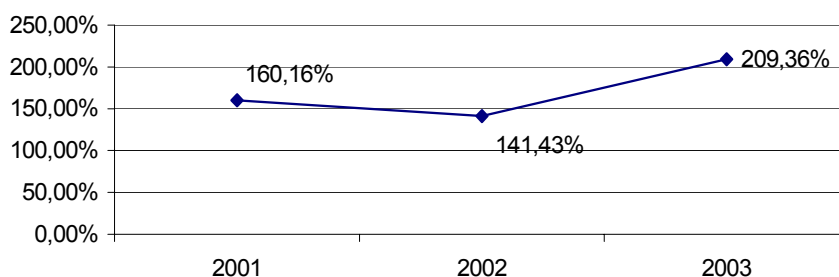
Operações de Crédito



O percentual das operações de crédito em relação à Receita Corrente Líquida aumentou em 2003, se comparado ao ano anterior, devido ao aumento de 68,4% das operações de crédito internas, o que refletiu no aumento do total das operações de crédito em 64,9%. Do total das operações, R\$ 390,3 bi referem-se ao refinanciamento da Dívida Pública.

Gráfico II.9

Operações de Crédito X Receita Corrente Líquida



9.3 - Relatório de Gestão Fiscal Consolidado da União

De acordo com a Portaria nº 516, de 14/10/2002, cabe ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo da União a competência para a elaboração e divulgação, no último quadrimestre, dos demonstrativos consolidados do Relatório de Gestão Fiscal, abrangendo todos os Poderes e órgãos da União.

A divulgação dos demonstrativos consolidados deverá ocorrer até 30 dias após a divulgação do último quadrimestre do Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos.

Os Demonstrativos abaixo, não fazem parte do referido relatório por já serem consolidados e publicados pelo Poder Executivo:

- Demonstrativo da Dívida Consolidada;
- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores; e
- Demonstrativo das Operações de Crédito.

O relatório foi publicado por meio da Portaria nº 77, de 10/02/2004, da Secretaria do Tesouro Nacional e disponibilizado ao acesso público na mesma data na página <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

Foram elaborados a partir de informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e publicados de forma consolidada pela Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão Central de Contabilidade da União, de acordo com a Portaria nº 516, de 14/10/2002, da STN, que aprovou a 2ª edição do Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal.

- Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa;
- Demonstrativo dos Limites.

9.3.1 – Anexo I - Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado da União. Visa assegurar a transparência da despesa com pessoal da União e verificar os limites de que trata a LRF.

Figura II.12

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	Jan/2003 a Dez/2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	70.153.214
Pessoal Ativo	45.362.078
Pessoal Inativo e Pensionistas	33.552.030
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	8.760.894
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.695
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	3.353.841
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	3.719.790
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.676.568
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	60.640
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	70.213.854
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	224.920.164
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II) / (III)	31,22%
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 50%	112.460.082
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 47,5%	106.837.078
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)	-
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - 31,21%	-
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - 35,07%¹	78.879.502

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ O percentual de 35,07%, referente ao limite permitido, foi calculado sobre o percentual do total da despesa líquida com pessoal de 2002 (31,88%), com o acréscimo de 10% permitido na lei.

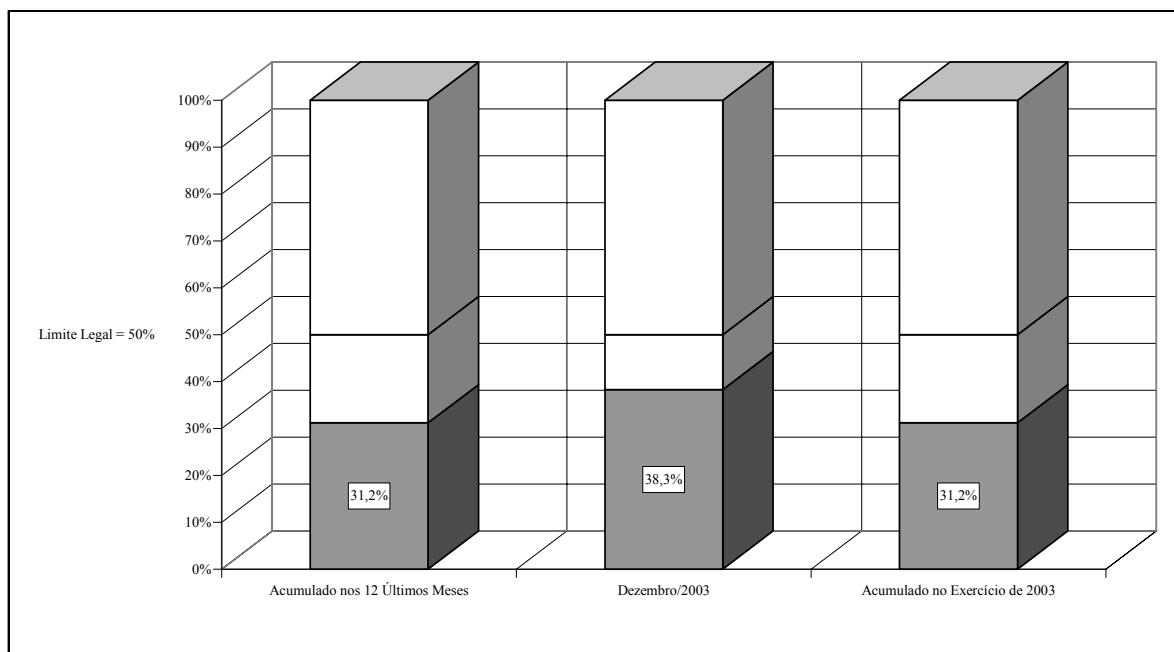
JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

Na elaboração dos valores de Pessoal são computados os da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas estatais dependentes. Estas correspondem às empresas controladas que recebam do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

As informações de pessoal foram consideradas pelo valor bruto de Ativos, Inativos e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização. Consideram-se Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização, classificáveis no grupo de despesa “1 – Pessoal e Encargos Sociais”, as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Para maior transparência das informações relativas à participação de Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida, demonstra-se em gráfico essa participação.

Gráfico II.10



FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Do valor total da despesa líquida com pessoal da União, R\$ 25,9 bilhões, ou 37,0%, constitui-se de Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; R\$ 22,3 bilhões, ou 31,7%, de Aposentadorias e Reformas; e R\$ 11,3 bilhões, ou 16,1%, de Pensões.

No demonstrativo em referência foram deduzidas (não computadas) as seguintes Despesas de Pessoal:

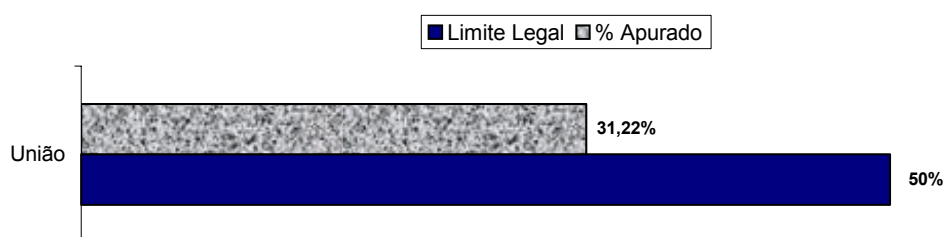
- a) com Indenizações por Demissão;
- b) com Programas de Incentivos à Demissão Voluntária;
- c) decorrente de decisão judicial; e
- d) com inativos, considerando-se, também, pensionistas, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos vinculados, ou seja, provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado à tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Considerou-se, também, como dedução, a despesa com pessoal de exercícios anteriores.

A despesa com pessoal ativo e inativo da União, em cada período de apuração do exercício de 2003, esteve nos limites percentuais da receita corrente líquida previstos na lei.

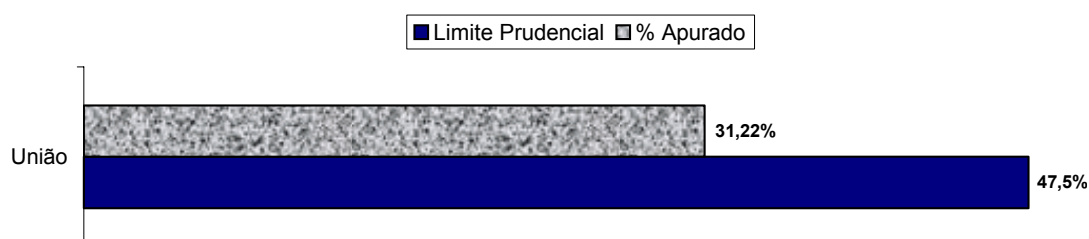
O limite legal da União definido no inciso I, art. 19 da LRF estabelece que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 50%, sendo que, em 2003, a despesa da União está dentro do limite legal, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico II.11



O limite prudencial definido no parágrafo único, art. 22 da LRF corresponde a 95% do limite legal, sendo que, na União, a despesa com pessoal de 2003 está dentro desse limite, conforme demonstra o gráfico abaixo:

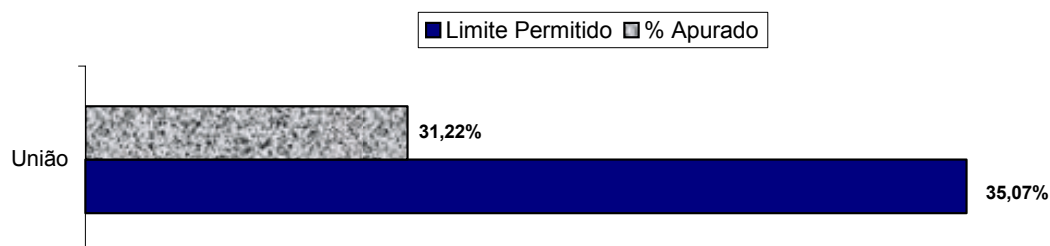
Gráfico II.12



O limite permitido definido no art. 71 da LRF estabelece que, ressalvadas as alterações por lei específica e por revisão geral anual, previstas no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, até o término do exercício financeiro de 2003, a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10%, se esta for inferior ao limite legal. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão possui a informação relativa à ressalva do citado artigo, porém devido a limitações na sua identificação no SIAFI, a mesma não foi demonstrada.

Em 2003, a despesa com pessoal da União está dentro do limite permitido, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico II.13



9.3.2 – Anexo V - Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa integra o Relatório de Gestão Fiscal no último quadrimestre e foi publicado, conforme a seguir:

Figura II.13

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V

R\$ Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	148.872.815	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	25.762.536
Disponibilidade Financeira	148.872.815	Depósitos	4.698.677
Caixa	6.690	Restos a Pagar Processados	7.838.897
Bancos	148.866.125	Do Exercício	6.140.009
Conta Movimento	104.227.947	De Exercícios Anteriores	1.698.888
Contas Vinculadas	3.659.417	Outras Obrigações Financeiras	13.224.962
Aplicações Financeiras	40.978.761	Diversas Obrigações	13.224.962
Outras Disponibilidades Financeiras	-		
SUBTOTAL	148.872.815	SUBTOTAL	25.762.536
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	123.110.279
TOTAL	148.872.815	TOTAL	148.872.815
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			21.181.219
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			101.929.060

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	4.965.346	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	3.267.697
Regime Previdenciário	4.965.346	Regime Previdenciário	3.267.697
Bancos	4.965.346	Depósitos	1.350.766
Conta Movimento	1.080	Restos a Pagar Processados	1.901.432
Contas Vinculadas	4.964.266	Do Exercício	908.267
		De Exercícios Anteriores	993.165
		Outras Obrigações Financeiras	15.499
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	1.697.649
TOTAL	4.965.346	TOTAL	4.965.346
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			2.577.725

DÉFICIT	-	SUPERÁVIT	101.048.984
---------	---	-----------	-------------

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Nota: As disponibilidades e as obrigações da Previdência do Servidor Público constam na primeira parte da tabela. O montante das disponibilidades de caixa antes da inscrição de restos a pagar não processados está evidenciado no Anexo V. Foram excluídas as duplicidades, relativas aos créditos e obrigações entre os Poderes e órgãos da União.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

Este demonstrativo visa assegurar a transparência da disponibilidade financeira e verificar a parcela comprometida (limite de que trata a LRF) para inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

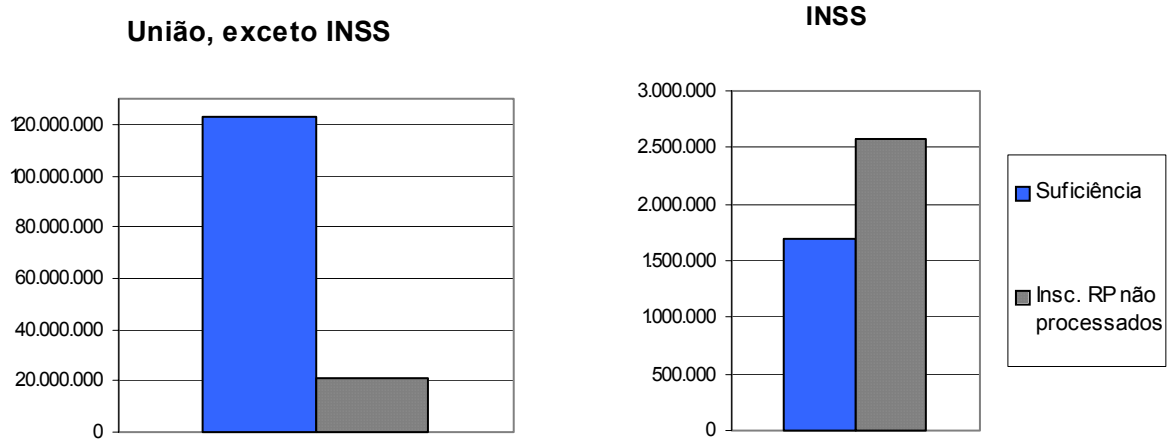
As disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central.

De acordo com a Portaria nº 516, de 14/10/2002, que aprovou a 2ª edição do Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, na elaboração deste demonstrativo, segregou-se as disponibilidades e obrigações financeiras do Regime Previdenciário, ou seja, as relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social que são apresentadas destacadamente, uma vez que referidos valores são vinculados às respectivas despesas, conforme dispositivo da Lei Complementar.

Das disponibilidades financeiras constata-se que 67,8% são relativos aos Bancos conta Movimento. Das obrigações financeiras os Restos a Pagar Processados respondem por 33,6% do total.

Em 31 de dezembro de 2003, houve suficiência financeira na União para inscrição em restos a pagar não processados, conforme demonstrado nos gráficos:

Gráficos II.14 e II.15



A inscrição em restos a pagar não processados do INSS superiores à suficiência financeira daquele órgão foi possível devido à suficiência da União, exceto INSS, após a inscrição em RP não processados.

9.3.3 – Anexo VI - Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar

O Demonstrativo dos Restos a Pagar integra o Relatório de Gestão Fiscal no último quadrimestre, divulgado pela Portaria nº 77, da STN, de 10/02/2004.

Este demonstrativo visa assegurar a transparência da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas nos limites de disponibilidade de caixa de que trata a LRF. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente destinados ou vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Na determinação da disponibilidade de caixa são considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Figura II.14

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	639.581	3.117.599	19.461.734	19.461.734	0
Câmara dos Deputados	108	15.276	34.952	34.952	0
Senado Federal	0	19.438	18.383	18.383	0
Tribunal de Contas da União	56	6.411	19.300	19.300	0
Supremo Tribunal Federal	0	1.271	5.391	5.391	0
Superior Tribunal de Justiça	37	5.402	34.910	34.910	0
Justiça Federal	9.865	38.402	564.441	564.441	0
Justiça Militar	46	611	2.195	2.195	0
Justiça Eleitoral	322	12.775	53.441	53.441	0
Justiça do Trabalho	112.207	20.597	96.548	96.548	0
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0	4.484	21.176	21.176	0
Presidência Da República	494	159.319	16.796	16.796	0
Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão	0	53.238	27.613	27.613	0
Minist. da Agricul., Pecuária e Abastecimento	13.471	85.592	23.116	23.116	0
Ministério da Ciência e Tecnologia	8	88.804	8.906	8.906	0
Ministério da Fazenda	28	50.903	16.090.088	16.090.088	0
Ministério da Educação	44.437	125.046	117.025	117.025	0
Ministério do Desenvolvimento, Ind. e Comercio	0	10.516	3.207	3.207	0
Ministério da Justiça	128	249.882	97.830	97.830	0
Ministério de Minas e Energia	0	60	611.062	611.062	0
Ministério da Previdência Social	0	4.661	1.327	1.327	0
Ministério Público da União	236	1.909	19.413	19.413	0
Ministério das Relações Exteriores	0	25.275	28.894	28.894	0
Ministério da Saúde	191.573	561.720	519.711	519.711	0
Ministério do Trabalho e Emprego	0	18.701	3.791	3.791	0
Ministério dos Transportes	298	30.474	21.000	21.000	0
Ministério das Comunicações	0	10.993	11.391	11.391	0
Ministério da Cultura	0	20.856	5.811	5.811	0
Ministério do Meio Ambiente	366	4.931	34.774	34.774	0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	6.600	102.219	218.366	218.366	0
Ministério do Esporte	30.548	51.298	67.376	67.376	0
Ministério da Defesa	82.613	872.481	60.946	60.946	0
Ministério da Integração Nacional	67.282	122.778	68.604	68.604	0
Ministério do Turismo	0	5.074	2.044	2.044	0
Ministério da Assistência Social	24.154	133.998	102.839	102.839	0
Ministério das Cidades	54.704	202.204	449.067	449.067	0
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.052.472	3.930.677	4.297.210	4.297.210	0
Presidência Da República	12	1.641	276	276	0
Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão	949	5.927	3.718	3.718	0
Minist. da Agricul., Pecuária e Abastecimento	782	45.643	609	609	0
Ministério da Ciência e Tecnologia	307	201.770	18.180	18.180	0
Ministério da Fazenda	0	225.285	73.447	73.447	0
Ministério da Educação	29.807	1.377.563	398.836	398.836	0
Ministério do Desenvolvimento, Ind. e Comercio	2.325	14.186	7.409	7.409	0
Ministério da Justiça	8	8.127	3.532	3.532	0
Ministério de Minas e Energia	0	51.838	24.123	24.123	0
Ministério da Previdência Social	993.165	907.632	2.577.725	2.577.725	0
Ministério das Relações Exteriores	0	1	0	0	0
Ministério da Saúde	439.763	372.538	193.911	193.911	0
Ministério do Trabalho e Emprego	0	595	0	0	0
Ministério dos Transportes	456.449	465.847	692.213	692.213	0
Ministério das Comunicações	0	1.460	37.050	37.050	0
Ministério da Cultura	24	5.188	16.761	16.761	0
Ministério do Meio Ambiente	27.315	3.720	35.022	35.022	0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	29.949	140.085	117.508	117.508	0
Ministério do Esporte	0	60	0	0	0
Ministério da Integração Nacional	68.314	55.828	48.657	48.657	0
Ministério do Turismo	2.950	30.476	22.233	22.233	0
Ministério das Cidades	353	15.267	26.000	26.000	0
TOTAL	2.692.053	7.048.276	23.758.944	23.758.944	0

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Continua (1/3)

Figura II.15

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Inscritos			Do Exercício	Do Exercício		
	Processados		Do Exercício				
	Exercícios Anteriores	Do Exercício					
Recursos Ordinários	2.306.871	1.437.839	2.059.131	2.059.131	0		
Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	0	0	1.126.918	1.126.918	0		
Imposto Territorial Rural	0	0	9.345	9.345	0		
Contribuição sobre Derivado Petróleo, Comb. Com. - CIDE	63.522	639.759	615.048	615.048	0		
Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.996	526.405	84.151	84.151	0		
Contribuição do Salário-Educação	0	534.743	215.931	215.931	0		
Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	0	32.415	36.640	36.640	0		
Imposto sobre Operações Financeiras-Ouro	0	0	168	168	0		
Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos - FUNPEN	0	55	0	0	0		
Contribuição e Adicional sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	34	3.981	0	0	0		
Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0		
Custas Judiciais - FUNPEN	0	25.620	143	143	0		
Recursos de Concessões e Permissões	0	25.753	3.331	3.331	0		
Selos de Controle, Lojas Francas - FUNDAF	0	2.099	3.215	3.215	0		
Juros de Mora da Receita Administrada pela SRF/SF	0	0	401	401	0		
Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	0	138	151	151	0		
Compensações Financeiras p/ Utilização de Rec. Hídricos	0	11.435	57.636	57.636	0		
Cota-Parte Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	0	1.699	122	122	0		
Cota-Parte de Compensações Financeiras	0	218	225.601	225.601	0		
Alienação Bens Apreendidos-FUNDAF/LBA-PRONAVE	0	5.062	730	730	0		
Contribuições para os Programas PIS/PASEP	0	728	0	0	0		
Compensações Financeiras p/ Explor. De Recursos Minerais	0	1.146	2.065	2.065	0		
Compensações Financeiras p/ Explor. De Petróleo ou Gas Natural	0	90.124	327.741	327.741	0		
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	0	104	4.000.000	4.000.000	0		
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	0	578	7.592.368	7.592.368	0		
Fundo de Combate a Erradicação da Pobreza-Financ.	0	20.046	0	0	0		
Operações de Crédito Internas - em Moeda	512	973	371	371	0		
Operações de Crédito Internas - Bens/Serviços	0	7.000	5.100	5.100	0		
Operações de Crédito Externas - Em Moeda	14.226	551.876	476.045	476.045	0		
Operações de Crédito Externas - Bens/Serviços	80.977	205.486	54.130	54.130	0		
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	3.831	335.202	177.212	177.212	0		
Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	2.488	569.332	370.437	370.437	0		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.197	761.650	1.982.834	1.982.834	0		
Contribuição dos Empregados e dos Trabalhadores para a Seguridade Social	0	64	742.896	742.896	0		
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira	207	333.892	186.052	186.052	0		
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0	19	983	983	0		
Receitas de Honorários de Advogados - FUNDAF	0	340	2.484	2.484	0		
Multas Incidentes sobre Receitas Administradas pela SRF-MF	0	10.929	3.246	3.246	0		
Rec. Oper. Of. Cred.-Retorno Refinanciamento Dívidas de Médio e Longo Prazos	0	0	68.854	68.854	0		
Recursos das Operações Oficiais de Crédito	0	0	64.486	64.486	0		
Reforma Patrimonial - Alienação de Bens	0	4.256	2.803	2.803	0		
Outros Recursos Vinculados	8	409	0	0	0		
Cota-Parte da Contribuição Sindical	9	0	0	0	0		
Contribuição Patronal p/ Plano de Seguridade Social do Servidor	0	0	11.766	11.766	0		
Outras Contribuições Econômicas	0	64.591	5.002	5.002	0		
Receitas de Oper. Oficiais de Crédito - Retorno de Op. Créd. Estados e Munic.	0	40.939	454.249	454.249	0		
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0	36.144	77.764	77.764	0		
Taxas por Serviços Públicos	0	397	885	885	0		
Outras Contribuições Sociais	0	19.983	27.117	27.117	0		
Fundo de Combate a Erradicação da Pobreza	213.713	547.213	176.010	176.010	0		
Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	446	177.046	614.032	614.032	0		
Recursos de Convênios	0	3.690	5.832	5.832	0		
Desvinculação Parcial de Receitas da Cota-Parte Compensação Financeira	0	58	0	0	0		
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0	0	15	15	0		
Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário Educação	0	13.108	17.863	17.863	0		
Doações de Entidades Internacionais	2	3.140	14.504	14.504	0		
Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	0	592	90	90	0		
Desvinculação de Recursos MP Nº 59/200	0	0	1.855.046	1.855.046	0		
Recursos do Fundo de Estabilização Fiscal	14	0	0	0	0		
TOTAL	2.692.053	7.048.276	23.758.944	23.758.944	0		

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Nota: A Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados é a efetivamente utilizada para inscrição de restos a pagar não processados. O montante das disponibilidades de caixa antes da inscrição de restos a pagar não processados está evidenciado no Anexo V.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

O demonstrativo evidenciou a inscrição em Restos a Pagar das despesas:

– liquidadas, R\$ 9,7 bilhões, sendo 72,4% referente ao exercício e o restante de exercícios anteriores. Os Ministérios da Previdência, da Educação e da Saúde são os órgãos que apresentam maior inscrição de restos a pagar processados, 19,6%, 16,2% e 16,1%, respectivamente. A inscrição total ocorre, predominantemente, com a destinação de recursos ordinários, 38,5%;

– empenhadas e não liquidadas, R\$ 23,8 bilhões. O Ministério da Fazenda foi o órgão que apresenta maior inscrição de restos a pagar não processados, 68%. A inscrição total ocorre, predominantemente, com a destinação de recursos Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, 32%, e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, 16,8%. O total da inscrição de restos a pagar não processados está dentro do limite de suficiência apurada no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa; e

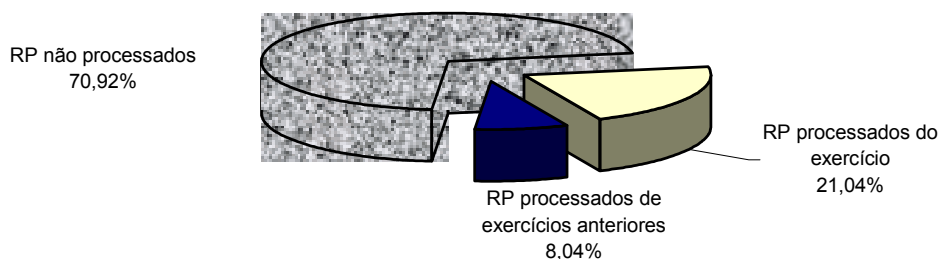
– não há ocorrência, no exercício de 2003, de restos a pagar não inscritos por insuficiência financeira.

No demonstrativo, demonstrou-se a suficiência antes da inscrição em restos a pagar não processados efetivamente utilizada na inscrição de restos a pagar não processados, R\$ 23,8 bilhões. Esse valor corresponde a 19% do total da suficiência antes da inscrição em restos a pagar não processados apurada no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa.

O valor total dos restos a pagar em 31 de dezembro de 2003 foi de R\$ 33,5 bilhões, cuja composição está demonstrada conforme gráfico abaixo:

Gráfico II.16

Restos a Pagar Inscritos



9.3.4 – Anexo VIII - Demonstrativo Consolidado dos Limites

A União publicou, como parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, de acordo com a Portaria nº 516, de 14/10/2002, o Demonstrativo dos Limites, com o resumo das informações constantes dos demonstrativos, possibilitando o acompanhamento e a verificação dos mesmos.

Esse demonstrativo visa apresentar, numa versão simplificada do Relatório de Gestão Fiscal, a transparência dos limites comprometidos pelo ente e resumir, em um único demonstrativo, todos os limites.

Figura II.16

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2003

LRF, art. 54 - Anexo VIII

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
UNIÃO		
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Últimos Meses	70.213.854	31,22%
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	112.460.082	50,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	106.837.078	47,50%
Limite Permitido (art. 71 da LRF)	78.879.502	35,07%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	23.758.944	23.758.944

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ A Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados é a efetivamente utilizada para inscrição de restos a pagar não processados. O montante das disponibilidades de caixa antes da inscrição de restos a pagar não processados está evidenciado no Anexo V.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional